

# PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

## 1.1. Introdução

Projeto Pedagógico Institucional visa apresentar à comunidade acadêmica as premissas que deverão orientar as políticas curriculares, que serão consolidadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Neste tópico, encontraremos os elementos de fundamentação para a elaboração dos projetos, amparados pela legislação vigente e consubstanciados nas propostas de uma instituição contemporânea.

O Projeto Pedagógico da Instituição é o resultado do trabalho de toda a comunidade acadêmica, refletindo seus anseios e o compromisso com a qualidade do ensino.

Baseando-se nestas premissas, buscar-se-á que os Egressos desenvolvam o raciocínio crítico e reflexivo, o gosto pelo aprendizado continuado, e a capacidade para desenvolver trabalhos em equipe, participando de atividades multiprofissionais.

Assim, os cursos que serão ofertados pela Faculdade Dom Bosco de Capitão Leônidas Marques deverão construir os respectivos Projetos Pedagógicos respeitando suas identidades, em consonância com as respectivas diretrizes curriculares. O modelo curricular deverá permitir a integração e a articulação entre os conteúdos, as áreas do conhecimento, a iniciação à pesquisa e a extensão. Os projetos poderão, ainda, definir áreas do conhecimento para que sejam trabalhados estudos independentes, de caráter interdisciplinar, como estímulo ao desenvolvimento das habilidades e competências de cada curso.

Desse modo, é esperado que o futuro graduado esteja preparado para enfrentar os desafios do mundo moderno, em constante mudança, com competência técnica; postura ética e humanística; e atitudes e valores orientados para a cidadania.

## 1.2. Princípios

A construção dos currículos dos cursos de graduação deverá ter identidade própria e estar em consonância com as diretrizes curriculares estabelecidas, tendo clareza do perfil do profissional que se pretende formar, da inserção regional e da necessidade da construção de um projeto pedagógico que vise o desenvolvimento social.

Sendo assim, este Projeto Pedagógico expressa a identidade da Faculdade, consolidando uma proposta de trabalho institucional.

O ensino deverá estar centrado no aluno, como sujeito da aprendizagem e no professor, como agente facilitador no processo de construção do conhecimento.

“Basicamente, propomos que para ser formar um bom professor, devemos transformá-lo em animador de grupos, capaz de desafiar os jovens - frente a uma situação-problema - a encontrar, no fragor da discussão e na quietude das pesquisas, soluções criativas, transferíveis e generalizáveis”.  
LAURO DE OLIVEIRA LIMA, *apud*, JUAN DÍAZ BORDENAVE, ADAIR MARTINS PEREIRA, p. 41. 2002.

A Faculdade Dom Bosco de Capitão Leônidas Marques baliza suas ações pelos seguintes princípios:

- Estímulo à reflexão crítica e construtiva;
- A interdisciplinaridade como princípio didático – interpretação da realidade tendo em vista a multiplicidade de leituras;
- A flexibilidade na estrutura curricular – compreensão de que o curso é um percurso que deverá ser construído, considerando os saberes e conteúdos da vivência e experiência do aluno na busca ativa pelo conhecimento;
- A ética como tema transversal;
- Melhoria e inovação nos processos;
- Capacitação profissional permanente da equipe; e
- Avaliação Permanente.

### **1.3. Metodologia para Elaboração dos Projetos Pedagógicos**

Para a construção dos Projetos Pedagógicos dos cursos da Faculdade, deverão ser observadas as seguintes ações:

- Sensibilização das Coordenadorias e do Corpo Docente dos Cursos para o processo de mudança;
- Estudos sobre a legislação e concepções de currículo;
- Estudo das diretrizes curriculares;
- Consulta pela Internet das IES congêneres;
- Definição do grupo responsável pela elaboração dos Projetos Pedagógicos;
- Reuniões de estudos para a composição dos eixos curriculares de cada projeto (objetivo do curso, perfil do profissional, estrutura do currículo);
- Realização de seminários integrados e de seminários por cursos para a construção dos Projetos Pedagógicos;
- Apresentação da versão preliminar dos Projetos Pedagógicos à comunidade acadêmica para análise e discussão;
- Aprovação dos Projetos nos respectivos colegiados; e
- Inserção no SAPIENS – MEC.

### **1.4. Perfil do egresso**

A Faculdade, como instituição, procurará atuar junto aos cursos de modo a buscar um profissional que apresente o seguinte perfil:

- Postura ética e compromisso com o desenvolvimento sustentável da Região;
- Competência técnica e empreendedora;
- Visão crítica e reflexiva;
- Espírito investigativo;
- Capacidade de aprendizagem autônoma e continuada;
- Habilidades para desenvolver ações multiprofissionais.

O perfil acima descrito é um perfil Institucional. Por isso, cada curso, de acordo com suas peculiaridades, fará as necessárias ações para

incrementar o perfil do futuro formando.

### **1.5. Paradigma da Complexidade**

Entende-se que o conhecimento, de um modo geral, acontece na interação constante entre o aluno e o objeto a ser conhecido, sendo o professor o mediador desse processo. O docente precisa, então, contextualizar sua prática de ensino, considerando o discente como um sujeito concreto historicamente situado, com uma identidade que, além de individual, é também coletiva e que liga a sua origem de classe.

Para que isso ocorra em sala de aula, o professor, assim como, o aluno, devem mudar seus modelos mentais, ou seja, devem passar do estado estável para o instável ou do paradigma cartesiano para o paradigma da complexidade.

O paradigma da complexidade, que deverá ser explorado em sala de aula, apresenta as seguintes características:

- integração e interdependência dos assuntos;
- domínio do processo, além do conteúdo;
- aprendizagem como processo de construção e reconstrução;
- professor ensina e aprende;
- informática como agente da transformação;
- aprender a aprender, importância do contexto, conhecimento sujeito a mudanças;
- encorajamento da discordância;
- educação como processo permanente;
- aluno como agente ativo.

### **1.6. Processo de Avaliação do Desempenho Acadêmico**

A avaliação do desempenho acadêmico deve ser balizada pelo acompanhamento constante. Fazem parte deste acompanhamento a observação, o diálogo, o exercício, e a aplicação da prática. A avaliação, constituída por essas ações, deve corroborar para criar mecanismos que

orientem a prática pedagógica.

É clássica a identificação de três possibilidades que favorecem a realização de uma avaliação nas modalidades: diagnóstica, formativa e somativa. O efeito cumulativo do desempenho do aluno terá como prevalência, aspectos qualitativos, sobrepondo-se aos quantitativos. Assim, é interessante destacar:

- a Avaliação Diagnóstica – por meio de observação contínua, deve ser constante e representada pela permanente apreciação do professor em relação ao desempenho que o aluno apresente. Exige que seja bem realizada, tendo por base a dedicação e o interesse por parte do professor, que para efetivá-la, em padrão aceitável, considerando que todas as atividades executadas pelo aluno para atingir o objetivo desejado, são sempre significativas e, por serem sistemáticas, contemplando o conjunto de atividades integrais desenvolvidas por ambos, no processo de ensino - aprendizagem.

- a Avaliação Formativa – designa análises de desempenho em intervalos relativamente curtos, o que além de tornar-se significativa, é importante para a evolução do aluno. Exige metas que devem ser atingidas em prazos mais espaçados, daí ser consolidada em etapas parciais e em graus de complexidade crescentes, já que envolve a necessidade de desdobrar objetivos educacionais previamente definidos de maneira mais global.

- a Avaliação Somativa – tem por objeto, a apreciação muito geral do grau em que os objetivos amplos foram atingidos, como parte substancial de etapas concluídas de aprendizagem, consolidadas durante todo o desenvolvimento do Curso de formação do profissional.

A prática da avaliação em cada curso deverá, como expressa HOFFNANN (2001), *analisar teoricamente as várias* manifestações dos alunos em situações de aprendizagem, para acompanhar as hipóteses que vêm formulando a respeito de determinados assuntos, em diferentes áreas de conhecimento, de forma a exercer uma ação educativa que lhes favoreça a descoberta de melhores soluções ou a reformulação de hipóteses preliminarmente formuladas.

### **1.7. Capacitação Docente**

A Faculdade Dom Bosco de Capitão Leônidas Marques busca valorizar os profissionais da cidade de Capitão Leônidas Marques e Região. Para tanto, irá trabalhar com afinco para que todos tenham condições e o devido apoio Institucional para aprofundarem seus conhecimentos em suas respectivas áreas de atuação, realizando treinamentos e cursos de pós-graduação (latu e stricto sensu).

### **1.8. Acompanhamento Pedagógico e Psicopedagógico**

A Faculdade Dom Bosco de Capitão Leônidas Marques desenvolverá programas que visem a melhoria constante da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Estes programas serão desenvolvidos junto ao corpo docente e ao corpo discente.

O acompanhamento Pedagógico visa criar um ambiente de constante discussão dos mecanismos de ensino que os professores adotam em suas salas de aula. Além disso, destina-se, também, prestar assessoramento técnico, didático e pedagógico aos cursos para o desenvolvimento dos currículos. Representa, portanto, o desenvolvimento de ações pedagógicas para a orientação do corpo docente, sua progressiva atualização, operacionalização do currículo e as situações de dificuldade de aprendizagem de integrantes do corpo discente.

O atendimento Psicopedagógico será disponibilizado aos integrantes do corpo discente. Identificará as possíveis causas de dificuldade no aprendizado e proporá medidas para a solução dos problemas que porventura estejam bloqueando o desenvolvimento dos acadêmicos.

### **1.9. Bases para a Construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos**

Cada curso de graduação deverá possuir um projeto pedagógico com os seguintes tópicos:

1. Capa.
  - Nome da Instituição, logomarca, nome do curso, local e data.
2. Sumário.
3. Introdução.
  - apresentar o projeto pedagógico descrevendo: o local onde a Instituição e o Curso estão inseridos; a importância e a necessidade do Curso para a formação dos profissionais, discriminando o mercado de trabalho existente para o futuro profissional; e
  - abordar os principais aspectos das Diretrizes Curriculares do curso.
4. Dados da Instituição.
  - histórico;
  - apresentar a missão institucional; e
  - organograma.
5. Dados do curso.
  - se for curso novo, apresentar os indicadores da necessidade de sua criação;
  - se for curso já existente, apresentar indicadores que motivaram a sua re-estruturação curricular, se for o caso;
  - demanda/oferta dos Processos Seletivos;
  - regime acadêmico de oferta do curso;
  - turno de funcionamento;
  - vagas anuais; e
  - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso (duração do curso, períodos máximo e mínimo).
6. Missão, Finalidade e Objetivos (geral e específicos) do curso.
7. Perfil do Egresso.
8. Competências e Habilidades.
9. Matriz Curricular e Conteúdos de Formação: apresentar os componentes curriculares (disciplinas, estágio supervisionado, atividades

complementares, trabalho de conclusão, etc), e suas respectivas cargas horárias, organizadas em uma matriz curricular, de forma que se perceba o fluxo do currículo.

10. Corpo Docente:

- apresentar o Coordenador; e
- apresentar um quadro resumo das disciplinas, no respectivo semestre, com a distribuição por docente, com titulação e formação.

11. Ementário e Bibliografias, constituindo o ANEXO I do projeto pedagógico: apresentar as ementas de todas as atividades curriculares previstas, conforme as idéias abaixo:

Semestre.

Disciplina.

Ementa.

Bibliografia Básica, que são os livros textos adotados, no máximo três.

O Livro de leitura obrigatória.

Bibliografia Complementar (pelo menos três livros e no máximo cinco).

12. Estratégias do processo ensino-aprendizagem.

13. Descrição do sistema de avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

14. Regulamento do Estágio Supervisionado, constituindo o ANEXO II do projeto pedagógico.

15. Regulamento das Atividades Complementares, constituindo o ANEXO III do projeto.

16. Projetos de iniciação à pesquisa científica e de extensão, constituindo o ANEXO IV do projeto.

17. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, se houver, constituindo o ANEXO V do projeto.

18. Estratégias para a realização da Interdisciplinaridade.

19. Mecanismos de Integração entre a Teoria e a Prática.

20. Políticas de Envolvimento com a Comunidade: indicar parceiros, visando o envolvimento da comunidade para atingir os objetivos.

21. Regulamento da Empresa Júnior, se for o caso, constituindo o ANEXO VI do projeto.

22. Descrição da infra-estrutura para atender o curso: laboratórios, salas de aula, auditório, recursos materiais, etc.

23. Biblioteca: acervo de livros e de periódicos especializados disponíveis para consultas, serviços, recursos e pessoal de atendimento.

24. Mecanismos de Avaliação do Curso.

25. Calendário Acadêmico, constituindo o ANEXO VII do projeto.

26. Diretrizes curriculares em vigor, constituindo o ANEXO VIII do projeto.

27. Referências Bibliográficas utilizadas no projeto.

#### **1.10. Avaliação Institucional**

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. (SINAES, 2004).

O Sinaes integra três modalidades de avaliação, aplicados em diferentes momentos:

1. Avaliação das Instituições de Educação Superior - é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação desenvolvidas em duas etapas:

a) auto-avaliação: a auto avaliação será coordenada pela comissão própria de avaliação (CPA), da Instituição;

b) avaliação externa: realizadas por comissões, segundo diretrizes estabelecidas pela Conaes.

2. Avaliação do Cursos de Graduações (ACG) – os cursos serão avaliados por meio de instrumentos e procedimentos incluindo visitas “in loco” por comissões externas, e a periodicidade dependerá diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos. .

3. Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE), aplicado aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, em forma amostrais. O Ministério da Educação definirá as áreas que participarão do Exame.

O programa de avaliação institucional tem como objetivos:

- estimular o processo de autocrítica da instituição no que diz respeito à sua perspectiva de produção e transmissão de conhecimento e avaliar essas atividades no que concerne ao atendimento das demandas científicas e sociais da comunidade;

- repensar e estabelecer objetivos, na perspectiva de uma Faculdade, respeitando a região em que se insere;

- contribuir para a formulação de projetos institucionais socialmente relevantes, pela implementação de mudanças, sugeridas pelo processo avaliativo, no cotidiano das atividades acadêmicas;

- desenvolver um processo de avaliação que possa, em etapas subseqüentes, desdobrar-se em procedimentos avaliativos sistemáticos das atividades acadêmicas dos cursos;

- diagnosticar as atividades acadêmicas da instituição em suas diversas dimensões.

Refletir sobre a Avaliação Institucional é tarefa necessária a fim de cumprir as exigências de reorientação e renovação das ações educacionais e de tomar posicionamento ético de todos os envolvidos em qualquer segmento da educação.

A avaliação Institucional é um processo que deve ter objetivos claros, negociados pelos interessados. Deve apresentar transparência nas ações e continuidade. Saul (2001) reforça essa idéia quando afirma que a

avaliação institucional é um processo de descrição, análise de uma realidade, visando a sua transformação e crítica, libertando o sujeito de condicionamentos deterministas.

Acredita-se que avaliar de maneira sistemática todos os segmentos educacionais pode resultar em melhorias significativas para a organização do sistema de ensino e para o bom desempenho do processo educativo, pautado em valores éticos e políticos claramente demonstrados no compromisso com ações para produzirem os avanços sociais desejados.

O objetivo principal dessa avaliação é o de fazer com que todos os envolvidos na instituição, direta ou indiretamente, escrevam a sua própria história e gerem as suas alternativas de ações.

Nesse sentido, a avaliação deve abordar o todo e suas partes, ser abrangente o suficiente para situar as determinações do contexto maior e flexível o suficiente para resguardar, proteger e preservar as identidades dentro da totalidade.

Os instrumentos utilizados, bem como os resultados apontados, são disponibilizados em tempos e linguagens diferentes, com origens e acessos distintos. Assim sendo, a tarefa para transformar a realidade, é promover uma maior e melhor articulação na produção e disponibilização das informações educacionais de forma a facilitar uma leitura ampla, integrada e articulada dos dados e fatos observados, tornando a avaliação institucional integradora.

Outro fator importante, é que os resultados tenham utilidade concreta, sirvam aos gestores, orientem novas ações e produzam novos resultados.

A avaliação interna da Instituição, será um processo contínuo, com a finalidade da construção do conhecimento da sua realidade, buscando compreender os significados de conjunto de suas atividades a fim de melhorar a qualidade educativa, e, conseqüentemente alcançar relevância cultural e social.

A avaliação interna será um processo cíclico, criativo, formativo,

integrador e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição. Será elaborada em consonância com o Roteiro da Auto-avaliação Institucional, pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), de conformidade com as orientações e sugestões impressas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- (Sinaes).

Por meio de ações planejadas, sistematizará informações para analisar coletivamente os significados de suas realizações, formas de organização, administração e ação; identificar oportunidades de melhoria e pontos fortes, estabelecendo estratégias para superação dos problemas verificados na avaliação.

### **1.11. Avaliação dos cursos**

A estreita relação entre avaliação e formação, requer uma análise das bases conceituais do processo avaliativo dos cursos de graduação. A exigência da qualidade do ensino em uma Instituição Superior comporta múltiplos aspectos e, para que se consiga alcançá-la, depende das ações acadêmico-administrativas, dos cursos, do quadro docente, do corpo técnico-administrativo, dos Projetos Pedagógicos de Cursos, além da infra-estrutura física e logística e do ambiente educacional.

O art. 4º da Lei nº. 10.861/2004 (INEP, 2006, p.1) define que a avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica.

Em consonância com a lei, a concepção e princípios da avaliação de curso no âmbito do SINAES (2006, p.1) confirma:

A avaliação da formação acadêmica e profissional é entendida como uma atividade estruturada que permite a apreensão da qualidade do curso no contexto da realidade institucional, no sentido de formar cidadãos conscientes e profissionais responsáveis e capazes de realizar transformações sociais.

Neste sentido, a avaliação é concebida como uma atividade

complexa, um processo sistemático de identificação de mérito e valor que envolve diferentes momentos e diversos agentes, sendo que o mais importante é o compromisso com o questionamento, com a crítica, com a expressão do pensamento divergente e a explicitação no plano das teorias e dos métodos de investigação.

Esta concepção implica em assumir a avaliação como um processo, o que significa que os cursos de educação superior devem tomar ou retomar esta atividade como um dos focos principais de suas preocupações. Desta forma, o objetivo primordial das medidas tomadas no momento da avaliação e seus resultados constituem referencial básico para as ações decorrentes do processo e deve induzir melhorias no desempenho dos cursos.

O instrumento de avaliação dos cursos da Faculdade foi concebido de modo a favorecer a obtenção de informações de caráter qualitativo e quantitativo sobre as ações políticas e pedagógicas, a fim de direcionar melhorias na qualidade educacional. Desse instrumento de avaliação de orientação acadêmica constam os conhecimentos e saberes considerados necessários à formação do perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais, serviços administrativos, serviços de laboratórios e infra-estrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso.

Além das idéias acima, serão considerados ainda os seguintes indicadores:

- resultado do desempenho no ENADE;
- índice de reprovação por disciplina;
- índice de evasão do curso;
- índice de formação docente adequada à disciplina que ministra.